



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ
CAMPUS ANGICAL.
CURSO BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO

THALIA BARBOSA CARVALHO

**OS IMPACTOS DA AGRICULTURA DE SUBSISTÊNCIA E AGRICULTURA
FAMILIAR NA ECONOMIA NO BRASIL**

ANGICAL DO PIAUÍ
2023

THALIA BARBOSA CARVALHO

OS IMPACTOS DA AGRICULTURA DE SUBSISTÊNCIA E AGRICULTURA
FAMILIAR NA ECONOMIA NO BRASIL

Trabalho de Conclusão de Curso (artigo científico) apresentado como exigência parcial para obtenção do diploma do Curso de Bacharelado em Administração do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. Campus Angical.

Orientador: Prof. Me. Azenate Alves Rodrigues Damasceno

ANGICAL DO PIAUÍ

2023

OS IMPACTOS DA AGRICULTURA DE SUBSISTÊNCIA E AGRICULTURA FAMILIAR NA ECONOMIA NO BRASIL

Thalia Barbosa Carvalho¹
Azenate Alves Rodrigues Damasceno²

RESUMO

O artigo tem como objetivo uma breve análise do impacto da agricultura de subsistência e familiar no Brasil, onde ambas estão voltadas para a sobrevivência de um grupo que envolve o trabalho de pequenos produtores em lavouras. Dessa forma, mostrando que a cultura de subsistência é muito comum em locais pequenos e entre familiares (agricultura familiar) que plantam diversos alimentos para o consumo próprio, ou para a comercialização, e os seus impactos na economia, esta tem sido a base para o fortalecimento da sociedade civil e na área rural. Os artigos trazidos ao longo da pesquisa proposta se devem por meio de uma pesquisa bibliográfica e descritiva com o objetivo de descrever um determinado objeto em estudo, caráter exploratório, e sua narrativa literária e qualitativa, tendo sua amostra realizada a partir de um determinado grupo. Os artigos encontrados serviram de embasamentos para o levantamento das informações, pontos de vistas de autores relacionado ao tema em questão foram de grande importância para dar engajamento e maior visibilidade ao assunto, deixando-o ainda mais rico em informações, assim possível constar os impactos dessa agricultura e a sua importância na economia do país. Afinal de contas este tema tem grande importância no que diz respeito a economia do mesmo, colocando em pauta assuntos não tão trabalhados como deviam, então estudos relacionados como esse são de suma importância, portanto meios para que estes que agricultores não vivam nas sombras, e sim que busquem se sobressair diante dos obstáculos que sofrem e preconceitos que os acercam.

Palavras-chave: agricultura familiar; cultura de subsistência; economia; impactos.

ABSTRACT

The article aims at a brief analysis of the impact of subsistence and family farming in Brazil, where both are focused on the survival of a group that involves the work of small producers in crops. In this way, showing that subsistence farming is very common in small places and among family members (family farming) who plant various foods for their own consumption, or for sale, and its impacts on the economy, this has been the basis for the strengthening of civil society and in the rural area. The articles brought along the proposed research are due through a bibliographic and descriptive research with the objective of describing a certain object under study, exploratory character, and its literary and qualitative narrative, having its sample carried out from a certain group. The articles found served as bases for the collection of information, points of view of authors related to the subject in question were of great importance to give engagement and greater visibility to the subject, making it even richer in information, thus making it

¹ Bacharel em Administração. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. thaliab608@gmail.com.

² Mestra em Educação Profissional e Tecnológica (IFPI), Especialista em Supervisão Pedagógica (UESPI), Gestão Pública (UFPI), Bacharel em Administração (UESPI) e Licenciatura Plena em Pedagogia (UESPI). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. azenate@ifpi.edu.br.

possible to see the impacts of this agriculture and its importance in the country's economy. After all, this topic is of great importance with regard to the economy of the same, putting on the agenda issues not as worked as they should, so related studies like this are of paramount importance, therefore means for these farmers not to live in the shadows, and yes that they seek to stand out in the face of the obstacles they suffer and the prejudices that surround them.

Keywords: family farming; subsistence culture; economy; impacts.

Data de aprovação: 12/06/2023

1 INTRODUÇÃO

Desde os primórdios da humanidade, a agricultura de subsistência e a comercialização de seu excedente, tem se mostrado no custeio das despesas familiares, uma importante ferramenta de movimentação e geração de renda econômica nas pequenas cidades (MUNDO EDUCAÇÃO, 2020).

Tal ação, inicialmente, realizou-se na época do feudalismo, em sua forma mais rudimentar, o "escambo". Com a evolução da humanidade e o surgimento da moeda, a forma do comércio mundial revolucionou-se, impactando profundamente as pequenas transações.

Como se sabe as atividades desenvolvidas no âmbito agrícola são no Brasil um dos principais geradores de renda. Todavia, existem os núcleos familiares que apesar de não auferirem renda, propriamente dita, sobrevivem e tem a sua subsistência familiar advinda do trabalho rurícola.

De acordo com Santos (2007), trata-se de uma atividade realizada em uma pequena extensão de terra destinada ao cultivo de policulturas, sendo necessária para a sobrevivência dos grupos familiares que são mantidos pelo trabalho familiar, no qual o alimento colhido geralmente serve para o consumo dos habitantes locais.

A agricultura de subsistência é aquela que tem como principal objetivo a produção agrícola voltada para o abastecimento alimentício do agricultor e da sua família. Consiste em todas as atividades e processos de transformações promovidos pelo homem no meio ambiente que a humanidade tanto precisa, por meio do cultivo das plantas (OLIVEIRA, 2006).

Deste modo, é muito importante a comercialização do excedente da agricultura de subsistência nas cidades de pequeno porte porque, uma vez realizados os incentivos mencionados anteriormente, essas atividades passam despercebidas muitas vezes por serem desenvolvidas em base familiar.

Sendo assim, o artigo busca trazer informações mais recentes ao tema proposto, com o objetivo de proporcionar maior visibilidade ao tema, buscando contribuir de forma significativa trazendo autores e seus pontos de vista conforme suas pesquisas, mostrando suas formas de comercialização e evidenciando os seus aspectos peculiares, sendo considerados relevantes a pesquisa, que ao decorrer possam ser encontrados provas que comprovem a sua importância.

A escolha do tema surgiu mediante a necessidade de estudar com mais detalhes a importância desse segmento para a economia do país, para que ocorra a compreensão desse giro na economia, a pesquisa está sendo realizada para de fato mostrar que os agricultores fazem parte e também são de extrema importância para o crescimento de suas regiões como um todo, vista que em quase toda a população a maioria vive da terra e retiram a maior parte do seu sustento. As pesquisas aqui

sistematizadas tiveram por base aos trabalhos acadêmicos que contribuíram para definir o campo de reflexão da agricultura familiar no Brasil.

Além de proporcionar aos agricultores de subsistência maior visibilidade e reconhecimento dentro da comunidade, busca trazer à tona que o comércio de subsistência sempre fez e faz parte da economia local e do país, assim como é sempre desde os primeiros relatos de comércio no seu âmbito mais rudimentar, como foi o caso de escambo, muito utilizado no país. A pesquisa se teve como uma revisão narrativa de literatura, sendo de caráter amplo com o propósito de descrever o desenvolvimento do determinado objeto de estudo, em vista do ponto teórico ou contextual mediante a análise e interpretação de produções científicas já existentes, favorecendo ainda mais a identificação de lacunas de conhecimento para atribuir em novas pesquisas em torno do tema. e está voltada para a sobrevivência de um grupo e que envolve o trabalho.

A partir desse questionamento, buscou-se como objetivo geral do estudo, analisar a importância da agricultura familiar e de subsistência no Brasil. Para alcançar tal objetivo, orientou-se a análise a partir dos seguintes objetivos específicos: caracterizar os aspectos considerados importantes para a agricultura familiar no Brasil; mostrar o ponto de vista de autores conforme suas pesquisas; debater a importância da economia de subsistência para as famílias rurais.

Os temas a serem abordados respectivamente, dentro desta pesquisa são: Histórico Brasileiro, Agricultura Familiar no Brasil, Agricultura de Subsistência e Agricultura de Subsistência x Agricultura Familiar.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para melhor fundamentar o trabalho buscou-se interligar conceitos das áreas de cultura de subsistência, agricultura familiar e economia, buscando retratar tais conceitos e temas de forma unicamente, reunindo informações que sejam relevantes. Desta forma a fundamentação fica dividida em três subtemas: Histórico Brasileiro, Agricultura de Subsistência e Agricultura de Subsistência x Agricultura Familiar.

2.1 AGRICULTURA DE SUBSISTÊNCIA

A agricultura de subsistência tem como principal característica a produção de alimentos para o mantimento da família, alimentos esses produzidos em suas pequenas propriedades. Desta feita, apesar dos avanços tecnológicos e do mundo globalizado e cada vez mais capitalista, a agricultura de subsistência, é uma modalidade baseada, sobretudo, na família.

É, justamente por isto, que sua produção e manejo é desenvolvida em pequenas propriedades, tendo como mão-de-obra os próprios membros da família. Outrossim, é demarcada ainda, por formas rudimentares de produção, baseadas em trabalho braçal, com poucas ferramentas tecnológicas. Acerca da agricultura de subsistência, Francisco (2008, p. 03) aduz que:

Essa modalidade é desenvolvida, geralmente, em pequenas propriedades e a produção é bem inferior se comparada às áreas rurais mecanizadas. Contudo, o camponês estabelece relações de produção para garantir a subsistência da família e da comunidade a que pertence.

Assim, conforme expresso na citação anterior, trata-se, portanto, de uma das espécies que há na agricultura, que advém da produção em pequenas propriedades e que se comparadas as grandes produtoras, possuem uma menor industrialização. Neste mesmo viés, Wnaderley (1996), já discutia também que a agricultura familiar (ou de subsistência), era compreendida como sendo aquela em que a entidade familiar, além de ser proprietária dos meios de produção, também assumiam os afares rurais, ou seja, assumem a mão-de-obra.

Deste modo, a agricultura de subsistência, por assim entender, trata-se daquela que tem como fulcro, a produção rural, com vistas a realizar o abastecimento de alimentos para o agricultor, ou seja, aquele que o produz, bem como, a sua família. Portanto, garantindo, de fato, a subsistência familiar (FRANCISCO, 2008). Isto decorre, principalmente, pela falta de investimento e recursos financeiro, fazendo com que a produção dos alimentos, geralmente, somente possa garantir o sustento alimentício da própria familiar, não gerando maiores lucros. Ademais, segundo Correia (2012, p. 12):

A agricultura de subsistência ou tradicional, ou seja, embora fortemente condicionada pelas determinantes naturais e socioeconômicas endógenas, vai estando, cada vez mais ligada aos mercados, isto é, influenciada pelas determinantes socioeconômicas exógenas.

A esse respeito, Brandão (1993, *apud* WOORTMANN; WOORTMANN, 1997, p. 22) destaca que ela possui uma estrutura nuclear que pode ser ampliada pela integração de parentes e cujo conjunto de ações e serviços responde pelas condições de produção de bens e reprodução da família. Referindo-se a economia de subsistência, parte fundamental do setor de subsistência, Furtado (1970), afirma que:

Dentro desse grupo desempenha funções de vários tipos, de natureza econômica ou não, e recebe uma pequena remuneração que lhe permite cobrir gastos moratórios mínimos. Ao nível da roça o sistema é exclusivamente de subsistência, ao nível da unidade maior é misto, variando a importância de faixa monetária de região para região e de ano para ano numa região” (FURTADO, 1970, p. 120).

O setor de subsistência, por sua vez, agrega inúmeras outras atividades, como a própria agricultura de subsistência, que têm como objetivo suprir as necessidades e as carências ocorridas no campo que geram grandes impactos no setor comercial em todo o país. Furtado (1970 p. 3), explica que “há produção de alimentos e outros recursos para suprir o autoconsumo das fazendas e atender ao mercado consumidor urbano e às demandas da grande lavoura”.

Uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família. A interdependência desses três fatores no funcionamento da exploração engendra necessariamente noções mais abstratas e complexas, tais como a transmissão do patrimônio e a reprodução da exploração” (LAMARCHE, 1993, p. 18).

A agricultura familiar abrange, dessa forma, diferentes classes sociais segundo suas condições de produção (terras, mecanização, capital etc.), sendo bastante variável sua capacidade de adaptação e reprodução. O elemento-chave do modelo

de Lamarche consiste no grau de integração das formas de agricultura familiar com o mercado.

Além disto, importa destacar ainda que, de acordo com o artigo 3 da Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006 (BRASIL, 2006), considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo simultaneamente, aos seguintes requisitos, tais como: não possuir qualquer título; a terra não pode ser maior do que 4 módulos fixos; as mãos de obras devem ser exclusivamente feitas pelos membros da família; a renda, por sua vez, deverá ser predominada pelo desenvolvimento das atividades afins realizadas.

A agricultura familiar é composta por pequenos proprietários rurais, onde o cultivo e toda a preparação da terra ocorre por meio deles, dos quais, tendo em vista, somente, a própria mão de obra, necessariamente, do meio familiar, ou, ao contrário, da agricultura patronal, que utiliza trabalhadores contratados, sendo fixos ou não, em prioridades grandes ou médios, dependendo de qual seja o tamanho do terreno (PORTUGAL, 2004).

De acordo com Conceição (2009, p. 5), no trabalho familiar cada membro desempenha um papel importante e para não suprimento da necessidade de trabalho, surge ajuda mútua na qual fortalece a interação entre os agricultores. Além disso, nas técnicas utilizadas pelo agricultor familiar, existe a preocupação de manter em equilíbrio os recursos que sustentam a produção.

Os sistemas de subsistência, como o nome indica, são sistemas que visam fundamentalmente a sobrevivência do agregado familiar o que os torna muito mais resistentes a qualquer mudança. Assim, quando o sistema se torna improdutivo pode mesmo conduzir ao seu desaparecimento. Naturalmente que os condicionalismos que podem levar ao desaparecimento do sistema poderão ter razões que não se prendem apenas com as questões técnicas como por exemplo os conflitos armados. Pelo seu lado, a agricultura comercial é, no essencial, uma atividade económica que faz da venda da produção a sua prioridade (CORREIA, 2012).

De acordo com a lei federal 11.947, de junho de 2009 que trata sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O programa PNAE é obrigatório em todos os municípios do país, no qual disponibiliza de um investimento de 3,5 bilhões de reais, dos quais cerca de 1,05 bilhões estão destinados à prática de aquisições de direitos do agricultor familiar.

Percebe-se, então, o grau de importância da existência dos pequenos agricultores nas cidades menores, onde tanto a cidade sai beneficiada quanto a movimentação de certa forma econômica, como também para as famílias que tiram delas uma renda extra, fazendo esse acordo com as escolas, onde tanto os pequenos agricultores familiares, como o de subsistência, caso procure uma renda extra para o sustento da casa, sairá beneficiado.

2.2 IMPACTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NA ECONOMIA

Sem exceção, todos os países desenvolvidos tiveram na agricultura familiar um sustentáculo do seu dinamismo econômico e de uma saudável distribuição da riqueza nacional. Todos eles, em algum momento da história, promoveram a reforma agrária e a valorização da agricultura familiar (INCRA/FAO, 2000).

A agricultura familiar tem sido também a base para o fortalecimento da sociedade civil na área rural. Somente a agricultura familiar pode formar uma grande rede das mais diversas formas associativas que irão consolidar a democratização e a

participação da população rural, construindo cidadania no campo (FLORES, MACÊDO e ROSA, 1998).

Para Wanderley (1995), o conceito de agricultura familiar é considerado como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. A autora ressalta ainda que é importante insistir que o caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo: o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem consequências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente.

Segundo Martins (2001), essa estrutura e esses valores têm funções sociais que visam a integração rápida dessas populações residuais no ritmo e nas relações próprias das novas estruturas de referência que a cada momento se propõem em consequência do desenvolvimento econômico.

Embora existam diferentes opiniões sobre o conceito e a importância da agricultura familiar, as concepções mais conhecidas partem do pressuposto que neste tipo de produção agrícola a propriedade das terras e trabalho estão intimamente ligados, visando garantir o sustento da família mediante a produtividade da terra (LAMARCHE, 1997).

A agricultura familiar, ao longo do processo histórico, sempre manteve um lugar no contexto do desenvolvimento econômico dos países por ser supridora de alimentos básicos para o mercado interno (SAVOLDE e CUNHA, 2010).

Em relação a menor importância de invisibilidade social da agricultura discutida por Queiroz no artigo "*Uma categoria esquecida*" (1963), na qual foi publicada na época em que a reforma agrária estava sendo traçada nacionalmente e eram apontadas como categorias opostas nos seus interesses os latifundiários e dos assalariados rurais.

Queiroz (2009) chama atenção que as grandes lavouras naquele momento diante com base nos dados de Caio Prado Jr e Jacques Lambet que as grandes lavouras de exploração eram apenas 3,5 milhões de hectares (27,2% da área Brasileira), enquanto sobravam para as culturas de subsistência 14 milhões de hectares (mais de 70%). Com estes dados ocorre uma discordância no que diz respeito que a maior parte da área explorada seja as "grandes lavouras".

De acordo com a Queiroz (2009) o Brasil "Não é um país predominantemente monocultor, e sim um país de policulturas, pequena roça de policultura fornece alimentação ao sessenta milhões de habitantes do Brasil e emprega a maioria dos homens no campo" (1963/2009, p. 61). Porém a mesma reconhece que esses agricultores sendo eles pequenos proprietários, agregados ou não, existindo situações desfavoráveis como a precariedade em seus modos de vida simples, havendo falta de ordenamento legal sobre as terras, à prova relação ao mercado e a falta de acesso às técnicas modernas e enfim ocasionando assim a sua invisibilidade social e política.

Brumer et al. (1993, p. 180) dialogam com observações de Queiroz e afirmam que:

A agricultura de base familiar nasceu no Brasil sob o signo da precariedade, precariedade jurídica, econômica e social do controle dos meios de trabalho e de produção e especialmente, da terra precariedade que revestiu também no caráter rudimentar dos sistemas de cultura e das técnicas de produção e da sua pobreza generalizada.

Assim, trazendo uma perspectiva histórica, Brumer et al (1993), preceitua a agricultura familiar, como tendo sua base, revestida de diversas problemáticas, da qual, destaca a precariedade, as questões econômicas, jurídicas, dentre outras. Desta

maneira, criou-se, no Brasil, uma agricultura familiar, de maneira desorganizada e sem o devido cuidado.

2.3 HISTÓRICO BRASILEIRO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Os agricultores familiares eram tratados como: produtor rural, pequenos produtores ou agricultores, pequenos produtores, ou seja, termos nos quais não permitiam protagonismo e visibilidade da agricultura familiar, ao se chegar a este conceito hoje conhecido, ocorreu devido ao debate junto com o sindical rural de luta. Após as eleições de 2002 e com a vitória do presidente Lula, a agricultura familiar passou a ser reconhecida e ganhou mais força com a definição nos programas e políticas públicas voltadas ao setor (IBGE, 2014).

Logo em seguida em 2006 o IBGE realizou um Censo Agropecuário Q11 específico e revelou pela primeira vez para todo o país que a agricultura familiar mesmo sendo detentora das menores áreas de terra e com a maior parte dos estabelecimentos rurais situados no Nordeste é responsável pela produção de 70% dos alimentos básicos que vai à mesa do povo brasileiro. Os dados do Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2014) demonstram que a agricultura familiar no Brasil representa 84,4% e a não familiar, 15,6% dos estabelecimentos. Ou seja, a agricultura familiar corresponde a mais da metade dos estabelecimentos e também ocupa mais pessoas no campo, sendo 74,4% do total da população rural.

A agricultura familiar tem papel central e efetivo na construção do desenvolvimento sustentável, sendo uma robusta alternativa de produção de alimentos ambientalmente saudáveis para a nação brasileira. Para isso, é preciso política de Estado que vão além da perfumaria, do compensatório, mas que dê conta da atual realidade desse setor tão desmerecido e ao mesmo tempo tão importante para nação.

O Brasil precisa romper o passado e construir no século XXI mais cidadania no campo, uma agricultura familiar estruturada com políticas sérias, com matriz de produção agroecológica gera sem dúvida condições reais para transitar a dignidade e cidadania no campo. Na época das Capitania, para Furtado (1970), o setor de subsistência também se caracterizava por:

[...] uma grande dispersão. Baseando-se na pecuária, era mínima sua densidade econômica. Embora a terra fosse o fator mais abundante, sua propriedade estava altamente concentrada. O sistema de sesmarias concorre para que a propriedade da terra, antes monopólio real, passasse às mãos de número limitado de indivíduos que tinham acesso aos favores reais (...). Dentro da economia de subsistência cada indivíduo ou unidade familiar deveria encarregar-se de produzir alimentos para si mesmo (FURTADO, 1970, p. 23).

Outro fator que contribuiu para o surgimento do comércio de subsistência, foi a distribuição incorreta de recursos como, por exemplo, as terras e as conexões econômicas, que fez com que os pequenos proprietários de terras, os sem terras, fossem atraídos em torno dos grandes produtores para manter alguma relação de trabalho ou prestação de serviço sazonalmente. Segundo Faoro (2000 p. 244), “a contração econômica do latifúndio, a terra e as conexões econômicas produtoras passam a adquirir maior importância, com a gravitação de categorias de pessoas sem terra em torno do proprietário”.

Para o caso do Brasil, Portugal em 2004 referia “A chamada agricultura familiar constituída por pequenos e médios agricultores representa a imensa maioria de produtores rurais no Brasil” (PORTUGAL, 2004). O mesmo sempre foi considerado um país onde a desigualdade é enorme, seja no aspecto econômico e dentre outros. A grande maioria dos agricultores familiares detém uma pequena proporção de terras, isto é, a maior parte concentra-se nas mãos dos que podem pagar e não daqueles que mais necessitam.

Para alguns estudiosos, como Lima e Figueiredo (2006, p. 59), “o termo agricultura familiar, reflete uma tentativa política de negar o poder de uma categoria social. Nesse sentido, Lima e Figueiredo argumentam que adotar a expressão de agricultor familiar e não de camponês “pode ter sido uma estratégia, em um momento de transição política, uma vez que o camponês é fundamentalmente uma identidade política e ideológica de sujeitos que através dos anos resistiram e resistem a dominação”.

Destarte, destaca ainda, os dados fornecidos pelo IBGE (2006), acerca da produção rural familiar e não familiar no Brasil.

Tabela 1 – Produtos de produção familiar e não familiar no Brasil.

Produto	Produção não familiar	Produção familiar	Participação da agricultura familiar
Arroz em casca (1000 t)	6,484	3204	35,1
Feijão preto (1000 t)	160	512	76,2
Feijão de cor (1000 t)	595	685	53,5
Feijão-outros (1000 t)	184	953	85,8
Feijão Total (1000 t)	939	2149	69,6
Milho em grão (1000 t)	22.555	9.907	83,2
Soja (1000 t)	39.731	18.873	45,6
Trigo (1000 t)	160	6.465	14,0

Café em grão (Verde) (1000 t)	1.502	475	21,2
Leite de Vaca (10 Litros)	8.719	919	38,0
Leite de Cabra (1000 t)	12	11.849	57,6
Ovos de galinhas (10 Dúzias)	2231	24	67,1
Mandioca (1000 t)	2.006	9.907	83,2

Fonte: IBGE (2006)

Desta maneira, pode-se observar os principais produtos e as suas respectivas classificações quanto ao tipo de agricultura. Além disto, se pode verificar ainda, que conforme os dados obtidos pelo IBGE (2006), a produção familiar, em grande parte, supera os índices da agricultura não familiar.

Afirmando a existência de divergências no que se refere aos princípios definidores da agricultura familiar, Carneiro (1999) apresenta de uma forma sintética o que a partir de suas análises pode ser considerada por agricultura familiar e acrescenta que parece haver um consenso quando afirma que “por agricultura familiar entende-se, em termos gerais, uma unidade de produção onde trabalho, terra e família estão intimamente relacionados” (CARNEIRO, 1999, p. 329).

2.4 PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DA AGRICULTURA FAMILIAR

No Brasil, a Lei 11.326/2006 e o Decreto 9.064/2017 definem a agricultura familiar como uma atividade desenvolvida em pequenos projetos propriedades rurais, delimitadas por até quatro módulos fiscais com maior parte do trabalho familiar e maior parte da renda conhecido da atividade rural desenvolvida no lote (PEREIRA, 2021).

Essa prática tem grande relevância para a produção de alimentos, tanto no que se refere à quantidade quanto no relativo à variedade e base para a sustentação das famílias brasileiras. Desta maneira, ainda tem importante papel na geração de empregos, especialmente na zona rural, e na renda e estruturação familiar.

No Brasil, a agricultura familiar é regulamentada pelo decreto 9064/2017, que estabelece diretrizes para a formulação de uma política nacional de agricultura familiar. Tal o decreto define a agricultura familiar como com pessoas da mesma família examina os fatores de produção para satisfazer as próprias necessidades e requisitos da empresa (BRASIL, 2017).

Ainda de acordo com o decreto, o imóvel rural deve ter até quatro módulos fiscais; uso, principalmente, trabalho familiar e metade da renda familiar deve provir da atividade de propriedade e gestão familiar. Decreto 10.688/2021 uma única cooperativa de agricultura familiar também é considerada agricultura familiar, cooperativa central de agricultura familiar e associações da agricultura familiar (BRASIL, 2021).

De acordo com JUNIOR (2018), “a agricultura familiar tem papel central e efetivo na construção do desenvolvimento sustentável, sendo uma robusta alternativa de produção de alimentos ambientalmente saudáveis para a nação brasileira”. Neste sentido, a agricultura familiar, ela tem como uma das suas características, uma produção sustentável, sem a utilização, em sua maioria, de produtos mais saudáveis. Assim, para além da não utilização de agrotóxicos e fertilizantes químicos, os próprios agricultores buscam criar maneiras sustentáveis para o cultivo dos seus alimentos.

A agricultura familiar tem muitas vantagens, conservação patrimônio sociocultural, relacionado à cultura imaterial, como idioma, manifestações gastronômicas e folclóricas e patrimônio ecológico. Ele suporta segurança alimentos tanto para a produção de alimentos para consumo próprio como para abastecimento mercados locais e institucionais. Uma estratégia de produção mais sustentável, sobretudo pela redução do uso de agroquímicos, diversificação produtiva e alimentos mais resilientes mudanças climáticas (FAO, 2019; LIMA; SILVA; IWATA, 2019; SCHNEIDER, 2016).

Uma das características da agricultura familiar, segundo Schneider (2016), considera “os grupos sociais com pequenas extensões de terra e que utilizam fundamentalmente o trabalho da família na execução dos processos produtivos”. Pois, na agricultura familiar, como o próprio nome da aduz, cria-se, fundamentalmente, no âmbito da família, sendo os seus membros, os seus próprios produtores e consumidores, haja vista, tem como principal objetivo a sua subsistência.

Carrega a promessa de criar práticas agrícolas altamente produtivas, sustentáveis, simples, flexíveis, inovadoras e dinâmicas. A agricultura familiar pode contribuir significativamente para a soberania e segurança alimentar e nutricional, que vinculada às tradições e às condições de produção para a subsistência e para o autoconsumo.

A agricultura familiar, ao contrário da agricultura convencional, busca equilibrar o uso dos recursos naturais atuando ativamente no processo de transição para uma agricultura sustentável (TOMASETTO *et al.*, 2009). Para Veiga (1996), além da diversificação da produção, a vantagem da agricultura familiar é ter um perfil essencialmente distributivo e sustentável, além do fortalecimento dos agricultores.

Constata-se então, que a agricultura familiar, tem grande vantagem no crescimento econômico para os agricultores familiares, tendo vantagens para o fortalecimento da agricultura sustentável dentro das comunidades.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Diante do objetivo da pesquisa que é, analisar a importância da agricultura de subsistência no Brasil e dos objetivos específicos para tal, foram adotados como procedimentos metodológicos o tipo de pesquisa em relação à natureza da abordagem, os seus objetivos e os procedimentos técnicos.

Mediante o exposto, a pesquisa bibliográfica que Para Gil (2002, p. 44) “[...] é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

Para Severino (2007), a pesquisa bibliográfica realiza-se pelo: [...] registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utilizam-se dados de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem. O pesquisador trabalha a partir de contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos (SEVERINO, 2007, p. 122).

Utilizou-se de sites especializados de pesquisa e de compartilhamento de documentos científicos (*Google Acadêmico* e *SciELO*), que resultou na seleção de 15 artigos, com períodos entre 2000 a 2014, com o propósito de ampliar e aprofundar o tema com ajuda de pesquisas em torno e próximos do objeto em questão e sendo assim para fundamentar o estudo.

Esta pesquisa é caracterizada como uma pesquisa descritiva, pois tem o propósito de descrever o objeto em estudo. Vergara (2000, p. 47) argumenta que a pesquisa descritiva expõe as características de determinada população ou fenômeno, estabelece correlações entre variáveis e define sua natureza. "Não têm o compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação". Cita como exemplo a pesquisa de opinião.

Sendo também de caráter exploratório a pesquisa que se utilizou de revisão bibliográfica para a exploração e aprofundamento em torno do tema. De acordo com Gil (2002), a mesma tem como objetivo de aprimorar as estimativas, na busca de comprovar instrumentos e buscar proporcionar familiaridade na pesquisa, vista que na primeira etapa trata-se de um estudo mais amplo, em seguida sendo utilizado em estudos cujo tema seja pouco explorado, podendo ser usado em estudos iniciais com o objetivo de obter uma visão e mais informações em geral acerca do determinado fato.

A pesquisa é uma revisão narrativa de literatura, sendo de caráter amplo com o propósito de descrever o desenvolvimento do determinado objeto de estudo, em vista do ponto teórico ou contextual mediante a análise e interpretação de produções científicas já existentes, favorecendo ainda mais a identificação de lacunas de conhecimento para atribuir em novas pesquisas, portanto informações a partir da descrição de termos abordados ajuda a mesma na elaboração e de aprimoração de ideais em torno do tema. Ademais, de acordo com (BRUM *et. al.*, 2015) o seu funcionamento pode se dar de forma sistematizada com o rigor metodológico.

Portanto, o estudo também se caracteriza como uma pesquisa qualitativa que tem como finalidade de compreender fenômenos em seu caráter subjetivo. Segundo Marcos e Lakatos (2010) explicam que a pesquisa qualitativa se trata da análise e interpretação dos aspectos mais profundo, estudando com mais complexidade o comportamento humano e tendo investigações com inúmeros detalhes, sobre as tendências comportamentais e atitudes.

Segundo Creswell (2010) retrata que a pesquisa qualitativa como sendo um processo no qual tem como objetivo explorar e compreender os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema comum da sociedade ou humano. ainda conforme Creswell os procedimentos qualitativos focam em amostragem intencional, coleta de dados abertos, com análises de textos ou de imagens e interpretações pessoais encontrados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados através das pesquisas já realizadas, demonstram o quanto o tema tem suas peculiaridades, como o reconhecimento da maior extensão da terra concentrada em posse dos agricultores, informações apresentadas ao decorrer do artigo, elevam a importância em buscar cada vez mais estudos em prol do tema o mesmo traz comparação entre a agricultura de subsistência e a familiar onde ambas se tornam diferentes sobre a condição econômica.

A partir desse questionamento, o objetivo geral do estudo é analisar a importância da agricultura familiar e de subsistência no Brasil. Para tanto, têm-se

como objetivos específicos, caracterizam os aspectos considerados importantes para a agricultura familiar no Brasil, e discutir a importância de uma economia de subsistência para as famílias rurais.

Trabalhos que envolvem comunidades das quais por muitas vezes passam despercebidos, vários autores, como Buainain e Romero (2000) e Queiroz (2009) deixam claro que o país compõe em sua maior parte a fonte de economia dentro do país. Em torno do artigo ele deixa claro a importância de colocar essas pequenas comunidades em evidências, por esse motivo tais pesquisas ajudam no crescimento dos agricultores e consequentemente o país, acabando com esse preconceito vivido por muitos trabalhadores.

Já Wanderley (2014) afirma que, a população que vive nas áreas rurais é bastante heterogênea quando se trata de formas de ocupação do espaço, das tradições da comunidade rural.

Outrossim, a baixa renda familiar em assentamentos rurais dificulta a execução de práticas de manejo fundamentais para esses ambientes. Para Silva Junior e Noronha (2005), todos os esforços para a consolidação da agricultura familiar nos assentamentos rurais podem ser prejudicados se a viabilidade econômica do segmento não se confirmar. Em assentamentos rurais onde se trabalha a agricultura familiar é comum que parte dos assentados possua como principal fonte de renda fixa os benefícios sociais.

Castro (2013) ainda assegura que quase metade das pessoas ocupadas em atividades agrícolas no Brasil reside no Nordeste. A agricultura praticada na região nordestina é muito variada, seja com relação às culturas plantadas, seja com relação a aspectos como o nível de tecnologia empregada na produção agrícola. A cana-de-açúcar é o principal produto agrícola da região, mas também é importante destacar os plantios de algodão, soja, milho, tabaco, caju, uva, manga, melão e outros frutos voltados para consumo interno e exportação.

Ribeiro (2021) destaca em seu estudo que apesar das muitas dificuldades, os agricultores familiares estão, como todo mundo, enfrentando as adversidades. Hoje ao Brasil é fruto de uma organização social e do trabalho em cooperativa, pois atualmente os agricultores agregam mais valor ao seu produto e tornam a produção melhor e com resultados bem mais satisfatórios do que no passado.

Lima e Figueiredo (2006) defendem que a adoção do termo agricultor familiar e não camponês, poderia ter sido uma estratégia no momento de transformação política, pois o camponês é essencialmente uma identidade política e ideológica de sujeitos que resistiram e resistem à dominação ao longo dos anos.

Ainda nesse sentido, Júnior (2018) coloca que a agricultura familiar tem papel central e efetivo na construção do desenvolvimento sustentável e é uma alternativa robusta para a produção de alimentos ecologicamente saudáveis para a nação brasileira, ainda ressalta que a agricultura familiar tem muitas vantagens, a preservação do patrimônio sociocultural, relacionado à cultura imaterial, como expressões linguísticas, gastronômicas e folclóricas e patrimônio ecológico.

Pereira (2021) defende que a agricultura familiar é como uma atividade desenvolvida em pequenos empreendimentos no campo, definidos por até quatro módulos fiscais com a maioria do trabalho familiar e a maior parte da renda conhecida da atividade rural desenvolvida no lote, o qual essa prática é de grande importância para a produção de alimentos, tanto em quantidade quanto em variedade, e base para o sustento das famílias brasileiras. Dessa forma, ainda desempenha um papel importante na geração de empregos, principalmente nas áreas rurais, e na renda e estrutura familiar.

A partir desse questionamento, o objetivo geral do estudo é analisar a importância da agricultura familiar e de subsistência no Brasil. Para tanto, têm-se como objetivos específicos, caracterizar os aspectos considerados importantes para a agricultura familiar no Brasil, e discutir a importância de uma economia de subsistência para as famílias rurais.

O que parece claro a partir dos dados analisados é que os caminhos a percorrer pela agricultura de subsistência e familiar no Brasil são desafiadores, tendo em conta a situação social nas comunidades marcada por incertezas, em função do avanço do agronegócio, por um baixo nível de escolaridade, por envelhecimento da população e pouca presença dos mais jovens na reprodução da atividade agrícola.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante as discussões trazidas no decorrer do artigo, em relação a importância dos impactos da agricultura de subsistência e familiar no Brasil, percebeu-se ao longo dos anos que temas como este e paralelos que caminham em prol do espaço e trabalhos acadêmicos, que surgem cada vez mais, porém de forma retroativo, buscando maior visibilidade e valorização desses pequenos grupos de trabalhadores, trazendo também informações, bem como sua importância no que tange sua contribuição em relação a economia, conforme relatado na pesquisa.

Em vista disso, o objetivo do presente trabalho é proporcionar ênfase a esses aspectos mencionados anteriormente promovendo assim maior credibilidade e trazendo à tona o papel que nos cabe na sociedade.

Contudo trazendo vários fatores apontados como entraves no desenvolvimento da agricultura regional, dentre eles, a falta de capacitação adequada no que diz respeito ao cultivo desses insumos, melhorias nas questões tecnológicas, deficiência logística de como armazenar adequadamente a produção das matérias primas cultivadas, conscientização sobretudo ambiental, agir da forma correta respeitando o meio em prol de si como o todo, falta de incentivo governamental para que estes possam produzir de forma eficiente.

Desta maneira, são inúmeros desafios a serem alcançados, afim de que haja de fato inclusão desses agricultores no âmbito comercial, posto que, como citado estes são de grande importância para a economia.

De acordo com estudo realizado e com base nos expostos acima, é notório que, mesmo com alguns incentivos do governo quanto a agricultura de subsistência e familiar, ainda se faz necessário que os órgãos estatais por meio de políticas públicas façam implantação de programas, cursos e palestras com profissionais com o propósito de contribuir para uma visão holista dos agricultores, ademais os incentivos monetários, como empréstimos por exemplo.

Por fim, fica evidente a importância do estado na promoção de tais incentivos pra que assim os agricultores possam ter de fato e de forma plena seu renome no que diz respeito agricultura de subsistência e familiar no Brasil.

REFERÊNCIA

APPOLINÁRIO, F. **Dicionário de Metodologia Científica**. 2. ed. São Paulo; Atlas, 2011, 295p.

BRASIL. **Artigo 3 da Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006**. Jusbrasil, disponível em <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10863998/artigo-3-da-lei-n-11326-de-24-de-julho-de-2006>. Acesso em 17 de janeiro de 2021.

BRASIL. **Decreto nº 9064 , de 31 de maio de 2017. Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos familiares rurais**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9064.htm. Acesso em: 02 Maio de 2023.

BRASIL. **Decreto nº 10.688, de 26 de abril de 2021. Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, altera o Decreto 9.064/2006, institui o cadastro nacional da Agricultura Familiar. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 27/04/2021**. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.688-de-26-de-abril-de-2021-316016356>. Acesso em: 213 de Maio de 2023.

BRUMER, H. A. et al. **A exploração familiar no Brasil**. In: LAMARCHE, H. A agricultura familiar: comparação internacional. Capinas: Editora da Unicamp, 1993.

BRUM, C.N. et al. **Revisão narrativa de literatura: aspectos conceituais e metodológicos na construção do conhecimento da enfermagem**. In: LACERDA, M.R; COSTENARO, R. G.S (Orgs). Metodologias da pesquisa para enfermagem e saúde: da teoria á pratica. Porto Alegre: Morιά, 2015.

CASTRO, C. N. **A agricultura no nordeste brasileiro: oportunidades e limitações ao desenvolvimento**. Boletim Regional Urbano e Ambiental. Jul-dez, 2013.

CORREIA, A. M. N. G. **Segurança alimentar na lusofina. Realidades e perspectivas. Oficina de segurança alimentar e nutricional na Lusofonia: Novos Desafios para o PECS**. Rio de Janeiro, 2012.

CONCEIÇÃO. **Pesquisa de sistematização e caracterização de agricultura sustentáveis em ambientes ecológicos e desenvolvimento econômico**, 2009. 5P.

CRESWELL, J. W.; PLANO-CLARK, V.L. **Pesquisa de métodos mistos**. 2. ed. Porto Alegre; Penso, 2013.

CRESWELL, J. W.; PLANO-CLARK, V.L. **Pesquisa de métodos mistos**. 2. ed. Porto Alegre; Bookman, 2010.

CARNEIRO, Maria José. **Agricultores familiares e pluriatividade**: tipologias e políticas. In: COSTA, L.F.C.; MOREIRA, R.J.; BRUNO, R. (org.). *Mundo rural e tempo presente*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 325- 344.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Acompanhamento da safra brasileira de grãos**. v.1, n.1 (2013-) – Brasília : Conab, 2013.

FAORO, Raimundo. **Os donos do poder**. 15. ed. São Paulo: Globo, 2000.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 10. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1970.

FRANCISCO, Wagner de Cerqueira. **Agricultura de Subsistência**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/agricultura-subsistencia.htm>. Acesso em 17 de janeiro de 2021.

FLORES, M. X.; MACÊDO, M. M. C.; ROSA, S. L. do C. **Agricultura Familiar e Reforma Agrária**: contradições e desenvolvimento. (1988) In: Mota, D. M. et al. *Agricultura Familiar: Desafios para a sustentabilidade*. Embrapa-CPATU, SDR/MA, 1998. 276p.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo; Atlas, 1999. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo; Atlas, 2002.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, SP: Atlas, 2002.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006**.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censodemografico-2010.html?edicao=9754&t=resultados>. Acesso em 05 de jun. de 2022.

INCRA/FAO. **Novo retrato da agricultura familiar**: o Brasil redescoberto. Projeto UTF/FAO/036/BRA. Brasília, 2000.

JUNIOR, Auri. **Contraf Brasil: Agricultura familiar. Uma história de luta, conquistas e transformação camponesa**, 27/02/2018.

LIMA, J. R.T. D.; FIGUEIREDO, M. A.B. **Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável**. In: LIMA, Jorge Roberto Tavares de; FIGUEIREDO, Marcos Antônio Bezerra (org.). *Extensão rural, desafios de novos tempos: agroecologia e sustentabilidade*. Recife: Bagaço, 2006. p.57-81.

LAMARCHE, H. (Coord.). **Agricultura familiar**: comparação internacional. Uma realidade multiforme. v.1, 2. ed. São Paulo: Unicamp, 1997, p 18.

LIMA, F.; SILVA, E. G. D. A.; IWATA, B. D. F. *Agriculturas e agricultura familiar no Brasil: uma revisão de literatura*. **Retratos de Assentamentos**, v. 22, n. 1, p.50-68, 2019. Disponível em:

<https://retratosdeassentamentos.com/indexentos.com/index.php/retratos/article/view/332>. Acesso em: 14 de Maio de. 2023.

OLIVEIRA, Francisco Aldenor da Silva. **A agricultura de subsistência no município de jacaraú/pb: sustentabilidade e problemas ambientais decorrentes** (Monografia apresentada ao curso de Geografia da Universidade Estadual da Paraíba) Guarabira/PB, 2006, p 60.

PEROVANO, D.G **Manual de metodologia científica para a segurança pública e defesa social**. Curitiba; Juruá, 2014.

PORTUGAL, Alberto Duque. **O Desafio da Agricultura familiar**. Embrapa. Disponível em: www.embrapa.br 2004. (acesso em 15 de janeiro de 2022).

PEREIRA, F. C. **Cadeias curtas de abastecimento alimentar: contribuições dos canais de comercialização para a agricultura familiar em tempos de COVID-19. Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação (EIGEDIN),Naviraí, MS, v. 5, n. 12021.** disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/eigedin/article/view/13874>. acesso em: 13 de Maio de 2023.

QUEIROZ, M. I. P. **Uma categoria rural esquecida**. In: WELCH, C. et al. (Org). Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo, SP: Cortez, 2007, p.122.

SCHNEIDER, S. **A presença e as potencialidades da agricultura familiar na América Latiba e no Caribe. Redes, Santa Cruz do Sul,v. 21, n. 3, p. 11-33, 2016.** Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/8390>. Acesso em: 12 de Maio de 2023.

VEIGA, J. E. **Agricultura familiar e sustentabilidade Cadernos. de Ciência e Tecnologia**. Brasília, DF, v. 13, n. 3, p. 383-404, set./dez. 1996.

VERGARA, Sylvia C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3.ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2000, p. 47.

WALKER, R. et al. **A evolução da cobertura do solo nas áreas de pequenos produtores na Transamazônica**. In: HOMMA, A. (Org.). Amazônia: meio ambiente e desenvolvimento agrícola. Brasília: EMBRAPA, 1998. p. 321-343.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes históricas do campesinato brasileiro. XX encontro anual da anpocs. gt 17**. Processos sociais agrários. Caxambu, MG. Outubro 1996 pag. 1-18.

WANDERLEY, M. N. B. **O Campesinato Brasileiro: uma história de resistência. Revista de Economia e Sociologia Rural**, vol. 52 supl.1 Brasília, 2014.